

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.279 - MG (2020/0071683-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : EDMÍLSON MESSIAS GONÇALVES (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por EDMÍLSON MESSIAS GONÇALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.20.006732-0/000.

Consta dos autos que a prisão em flagrante do Recorrente foi convertida em preventiva, em 03/01/2020, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 155, § 4.º, incisos I e IV, c.c. o 71, *caput*, e 180, *caput*, todos do Código Penal, conforme os seguintes fatos narrados no acórdão combatido (fl. 85):

*"Na Delegacia de Polícia, o condutor do flagrante afirmou ter recebido notícias de um furto cometido mediante arrombamento em determinada residência e que foram subtraídos 01 botijão de gás, 01 televisão de 29 polegadas e 01 tacho de alumínio. No local, policiais foram informados de que também foram furtados bens de mais dois domicílios vizinhos, a saber: outros 02 botijões de gás, 01 ventilador, 01 aparelho de som e 01 rocadeira vermelha.*

*De posse das filmagens das câmeras de monitoramento, policiais identificaram os indivíduos e o carro utilizado para a fuga. Na residência do outro acusado (Júlio), os militares o abordaram e verificaram que ainda utilizava a mesma roupa que trajava no momento dos crimes. Na oportunidade, apreenderam os 03 botijões de gás, a televisão e o ventilador. O coautuado Júlio teria confessado a prática dos furtos na companhia do irmão, o ora paciente.*

*Na residência do Sr. Edmilson, policiais localizaram a rocadeira e o aparelho de som. Saliente-se que o paciente foi abordado, de posse de uma chave mixa, enquanto conduzia o veículo utilizado no cometimento dos delitos, que estava com a placa adulterada e era produto de furto (fls. 04/05, do doc. ordem n.º 06)."*

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 84-89).

Em suas razões, sustenta o Recorrente, em síntese, a falta de fundamentação do decreto prisional, pois foi proferido de forma genérica e com base na gravidade abstrata do crime, bem como a ausência dos requisitos dispostos no art. 312 do

Código de Processo Penal para a decretação da constrição provisória.

Requer, ao final, liminarmente, a concessão do direito de permanecer em liberdade até o julgamento deste *writ*. No mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a sua substituição pelas medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente em razão de o Juízo singular, no decreto prisional, ter consignado o que se segue (fl. 15; sem grifos no original):

***"[...] o autuado estava em cumprimento de medidas resultante de uma prisão anterior por furto, tanto que afirmou hoje em Juízo que vinha comparecendo ao fórum para assinar, o que demonstra a sua dificuldade de ressocialização, existindo risco à ordem pública na medida em que a reiteração criminal tem sido uma constante na vida de Edmilson."***

Dessa forma, ao menos no presente juízo de cognição sumária, entendo que a fundamentação apresentada pela instância ordinária não se mostra desarrazoada ou ilegal, pois foi ressaltada a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, em razão do risco concreto de reiteração delitiva.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, ***"a preservação da ordem pública justifica a imposição da custódia cautelar quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade"*** (RHC 113.422/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 23/10/2019; sem grifos no original.)

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

# *Superior Tribunal de Justiça*

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida pelo Órgão Colegiado após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, em especial sobre a atual situação prisional do Recorrente e se há previsão para o julgamento da causa, e ao Tribunal de origem sobre o alegado na presente impetração, que deverão vir acompanhadas de outros documentos eventualmente reputados úteis à compreensão da controvérsia e com a chave de acesso ao processo eletrônico.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora